

INQUÉRITO CIVIL SIG/MP n. 06.2018.00000237-9.

Objeto: apurar a regularidade da distribuição do Fundo de Infância e Adolescência (FIA), bem como no pagamento das despesas relacionadas ao Conselho Tutelar do município de Romelândia/SC.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pelo seu Promotor de Justiça Saulo Henrique Aléssio Cesa, doravante denominado **COMPROMITENTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e no artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal; no artigo 25, inciso IV, da lei n. 8.625/1993; no artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985; e os doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS, MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 82.821.182/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Valdir Bugs; e **COMPROMISSÁRIO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** de Romelândia, neste ato representado por seu Presidente, Nelson Noviski;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimidade ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos afetos à infância e juventude, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos artigos 201, inciso V, e 223, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e no artigo 82 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000;

CONSIDERANDO a Resolução n. 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a qual "*dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências*";

CONSIDERANDO que o CONANDA, no artigo 1º, *caput*, da sua

Resolução n. 105, de 15 de junho de 2005, definiu os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente como *"órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido de implementação desta mesma política e responsáveis por ficar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente"*;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina constantes no manual "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente";

CONSIDERANDO que *"a destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação do CMDCA"* (artigo 8º, § 3º, Resolução 137/2010 do CONANDA);

CONSIDERANDO que, em descumprimento ao previsto no artigo 35, parágrafo único, da Lei Municipal n. 2.054/2013, o Município de Romelândia não procedeu à regulamentação do FIA por meio de ato próprio;

CONSIDERANDO que, da análise da documentação acostada ao Inquérito Civil n. 06.2018.00000237-9, verificou-se que o Município de Romelândia e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da municipalidade não vêm cumprindo as disposições da Resolução n. 137 do CONANDA no que concerne ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA pelo Município de Romelândia às normas legais e regulamentares de regência;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com supedâneo no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, na Resolução n. 179/2017/CNMP e no artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ,

para tanto pactuando as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

Cláusula 1ª: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação pelo Município de Romelândia/SC do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA às disposições previstas na Resolução n. 137/2010 do CONANDA.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: O Município de Romelândia compromete-se com a obrigação de providenciar a regulamentação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em atenção ao artigo 35, parágrafo único, da Lei Municipal n. 2.054/2013, detalhando o seu funcionamento por meio de Decreto ou meio legal equivalente, em conformidade com a legislação vigente e em atenção aos parâmetros previstos na Resolução n. 137 do CONANDA.

Parágrafo único: O cumprimento da presente cláusula deverá ser comprovado, no prazo de 3 (três) meses, mediante remessa a esta Promotoria de Justiça de cópia integral do referido Decreto, o qual deve ser publicado no Portal da Transparência municipal.

Cláusula 3ª: O Município de Romelândia compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: respeitar integralmente a Resolução n. 137 do CONANDA e alterações e destinar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

I – desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de

promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II – acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órgão ou abandonado, na forma do disposto no artigo 227, § 3º, inciso VI, da Constituição Federal e do artigo 260, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária;

III – programas e projetos de pesquisa, de estudo, de elaboração de diagnósticos, sistemas de informação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV – programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI – ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

VII – despesas administrativas decorrentes do próprio funcionamento do fundo.

§ 1º O Município de Romelândia compromete-se com a seguinte obrigação de não fazer: não utilizar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da

Criança e do Adolescente.

§ 2º o Município de Romelândia compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: além das condições estabelecidas no parágrafo anterior, não utilizar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I – transferência sem deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive no que concerne ao pagamento de diárias;

III – manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive no que concerne ao pagamento de diárias;

IV – financiamento de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

§ 3º O cumprimento da presente cláusula deverá ser demonstrado por meio de remessa de relatórios detalhados periódicos acerca da situação, manutenção e destinação dos recursos do FIA, com periodicidade mínima de 4 (quatro) meses.

Cláusula 4ª: O Município de Romelândia compromete-se com a obrigação de abrir, em estabelecimento oficial de crédito, conta bancária específica para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculada ao órgão responsável pela política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes ao qual o fundo for vinculado (artigo 8º, § 1º, da Resolução n. 137 do CONANDA).

Parágrafo único: o cumprimento da presente cláusula deverá ser demonstrado por meio de remessa a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 3 (três) meses, de demonstrativo bancário indicando a abertura da conta e seu respectivo saldo.

Cláusula 5ª: O Município de Romelândia compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: transferir o saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o artigo 73 da Lei n. 4.320/1964, bem como transferir anualmente, no mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser depositado até o dia 31 de março do respectivo ano, sem prejuízo da destinação de outras verbas, conforme previsto no Plano de Ação e no Plano de Aplicação.

Parágrafo único: o cumprimento da presente obrigação deverá ser demonstrado no mês de abril de cada um dos anos, por meio de remessa de extrato da conta bancária a ser aberta em cumprimento à obrigação contida no presente TAC.

Cláusula 6ª: O gestor do FIA, ordenador de despesas, será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme disposições legais do Município e se incumbirá da emissão de empenhos, cheques, prestação de contas e outras ações de sua alçada;

Parágrafo único: o Presidente do CMDCA será considerado para todos os fins de direito o ordenador de despesas do FIA.

Cláusula 7ª: O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão deliberativo paritário, com representantes do Governo e da sociedade, compromete-se com as seguintes obrigações de fazer:

I – decidir sobre a aplicação de todo e qualquer recurso do FIA, escolhendo programas, elaborando planos de ação e aplicação e cancelando

projetos, sempre previamente à liberação de valores (Conselho vai dizer quanto de recursos será destinado para tal programa de atendimento e o órgão público irá proceder à liberação e ao controle dos valores dentro das normas legais e contábeis);

II – elaborar anualmente o Plano de Ação dos objetivos, das metas e das diretrizes estabelecidas pelo CDMCA e o Plano de Aplicação dos recursos existentes, de acordo com as prioridades e os objetivos fixados pelo CMDCA, até o final do mês de julho, e remetê-los ao Prefeito Municipal de Romelândia a tempo de ser incluído no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro subsequente;

III – exercer o efetivo controle político finalístico dos gastos dos recursos do FIA, nos termos da Resolução n. 137 do CONANDA e alterações, representando ao Ministério Público diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência;

IV – realizar campanha junto à comunidade para captação de recursos para o FIA, especialmente oriundos das declarações de Impostos de Renda.

Cláusula 8ª: O Município de Romelândia, na pessoa de seu representante legal, Prefeito Valdir Bugs, compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: incluir anualmente o Plano de Ação e o Plano de Aplicação elaborados pelo CMDCA no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a ser encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores.

Cláusula 9ª: O Município de Romelândia, na pessoa de seu representante legal, Prefeito Valdir Bugs, compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: a previsão na Lei Orçamentária Anual dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares, nos termos previstos no artigo 38, parágrafo único, da Lei

Municipal n. 2.054/2013.

Cláusula 10ª: O cumprimento das obrigações contidas nas cláusulas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª deverá ser demonstrado por meio de relatório detalhado periódico, a ser encaminhado a esta Promotoria de Justiça com periodicidade mínima de 3 meses, descrevendo o cumprimento às mencionadas obrigações.

3. DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 11ª: O descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente compromisso sujeitará os compromissários e seus representantes signatários solidariamente, conforme o caso, a título de cláusula penal, ao pagamento de multa mensal no importe de R\$ 300,00 (trezentos reais), por obrigação violada, até o limite máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) exigível enquanto perdurar a violação.

Parágrafo único. A multa de que trata o *caput* da presente cláusula pode ser exigível sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitados as fôrmas e os prazos previstos neste compromisso, na forma estatuída no parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor, artigos 497 e 910 do Código de Processo Civil, bem como sem prejuízo à comunicação do fato à Curadoria da Moralidade Administrativa, para adoção das medidas cabíveis pela prática em tese de ato de improbidade administrativa.

Cláusula 12ª: Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados a título de cláusula penal deverão ser revertidos em benefício do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, de que trata a Lei Federal n. 8.069/1990 em seus artigos 88, inciso IV, 214 e 260, §§ 2º e 4º, na conta corrente a ser criada em cumprimento ao presente ajuste.

4. DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO

Cláusula 13ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrarem tecnicamente necessárias.

5. DA POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 14ª: O **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos **COMPROMISSÁRIOS**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, comprometendo-se, também, a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo à sua eventual execução, caso haja necessidade.

6. DA ABRANGÊNCIA

Cláusula 15ª: Este título executivo não inibe ou restringe, em nenhum aspecto, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

7. DA FORMAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

Cláusula 16ª: Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na esteira do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e do artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil, e será submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o artigo 9º, § 3º, da Lei n.

7.347/1985, o que não prejudica sua imediata eficácia;

Cláusula 17ª: Tratando-se o presente documento de título executivo extrajudicial e estando preenchidos os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, o **COMPROMISSÁRIO** fica ciente da possibilidade de protesto do título em caso de descumprimento, conforme a Nota Técnica n. 01/2014/CCO e a Circular n. 127/2014 da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18ª: Este ajuste somente produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura. O compromissário sai cientificado pelo Ministério Público do início de vigência do presente ajuste, bem como dos prazos a serem observados.

Cláusula 19ª: As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Anchieta, local em que está sendo firmado o presente ajuste, o qual foi impresso em quatro vias.

Anchieta/SC, 26 de março de 2019.

Saulo Henrique Aléssio Cesa
Promotor de Justiça

Valdir Bugs
Prefeito Municipal

Joice Terezinha de Andrade Dries Pinheiro
Procuradora do Município de Romelândia

Nelson Noviski
Presidente do CMDCA

Ademar Coradini Junior
Testemunha

Ariana Mendes de Oliveira
Testemunha